

Agroecologia por contrato, é possível?

Cristiane Coradin

Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná
(UFPR)

e-mail: cristianemottimcoradin@gmail.com

Renato Santos de Souza

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

e-mail: renatosdesouza@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa identificar e analisar os principais resultados obtidos através da execução do contrato de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), estabelecido entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC), nas regiões Centro-Sul e Litoral do Paraná. Como objetivos específicos buscou-se a) compreender a relação entre as condições endógenas do território e a promoção da agroecologia; e b) analisar os principais avanços e dificuldades obtidos através da prestação desse serviço. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo, bibliográfica e documental, no período de junho de 2014 a março de 2015. Os principais resultados indicam que o perfil dos técnicos, agricultores e os arranjos organizacionais estabelecidos nos territórios contribuíram positivamente na promoção da agroecologia; gerando: a) incremento da transição de sistemas de produção sustentáveis; e b) incremento na organização social dos assentados. Os principais limitantes identificados foram: a) disfunções burocráticas; b) precarização das condições de trabalho dos profissionais; e c) pressões econômicas e técnico-produtivas convencionais;

Palavras-chave: Políticas públicas; extensão rural; agroecologia.

Agroecology by contract, is it possible?

Abstract

This article aims to identify and analyze the main results achieved through the implementation of technical Assistance Service Contract and Extension (ATER) established between the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Cooperative Work and Rural Land Extension Viva (COOPTRASC), in the South and Central Coast of Paraná. The specific objectives sought to a) understand the relationship between the endogenous conditions of the territory and the promotion of agroecology; and b) analyze the major advances and difficulties obtained through the provision of that service. Therefore, field, bibliographic and documentary research was conducted from June 2014 to March 2015. The main results indicate that the profile of technicians, farmers and organizational condition established in the territory covered the ATERs positively contributed to the promotion of agroecology; Furthermore, it was identified that the main advances obtained were generating: a) increase the transition of sustainable production systems; and b) an increase in the social organization of the settlers. The main limiting identified were: a) bureaucratic dysfunctions; b) precarious working conditions for workers; and c) economic and technical-productive pressures of conventional.

Keywords: Public policies; rural extension; agroecology.

Agroecología por contrato, es posible?

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar los principales resultados obtenidos mediante la aplicación de un contrato de Servicio de Asistencia Técnica y Extensión (ATER) establece entre el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y el trabajo cooperativo y la extensión de terreno rural Viva (COOPTRASC), en la costa sur y el centro de Paraná. Los objetivos concretos que se solicita son: a) a entender la relación entre las condiciones endógenas del territorio y la promoción de la agroecología; y b) analizar los principales avances y dificultades obtenidos a través de la prestación de dicho servicio. Por lo tanto, el campo, la investigación bibliográfica y documental se llevó a cabo entre junio de 2014 y marzo de 2015. Los principales resultados indican que el perfil de los técnicos, agricultores y las disposiciones organizativas de los territorios han contribuido positivamente a la promoción de la agroecología. Los principales avances obtenidos fueron: a) aumento de la transición de los sistemas de producción sostenible; y b) aumento en la organización social de los colonos. Las principales limitaciones identificadas fueron: a) disfunciones burocráticas; b) las condiciones de trabajo precarias para los trabajadores; y c) las presiones económicas y técnico-productivas convencionales.

Palabras clave: Políticas públicas; extensión; agroecología.

Introdução

A institucionalização em 2010 da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar e Reforma Agrária (PRONATER), através da Lei 12.188, representou um marco na normatização legal de demandas historicamente construídas por atores sociais do campo da agricultura familiar e Reforma Agrária, e também para a construção da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável. Desde então, ao longo dos últimos anos, algumas chamadas públicas de ATER têm sido executadas sob competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No presente, algumas iniciativas estão em curso no Brasil (por exemplo, edital e contrato de execução ATER Agroecologia/MDA/ARCAFAR¹), no entanto, possivelmente pela novidade da proposta, no âmbito acadêmico, são escassas análises sócio-técnicas sobre os resultados que esses processos possam ter alcançando.

Nesse sentido, com o objetivo de gerar contribuição acadêmica nesse tema, esse artigo visa refletir sobre os resultados de processos organizativos e sócio-técnicos, observados pelos autores ao longo do período de junho de 2014 a março de 2015, a partir da execução do contrato de ATER CRT 247000/2013, celebrado naquele ano entre o INCRA – Paraná e a COOPTRASC. Como objetivos específicos deseja-se: a) caracterizar o contexto inicial do trabalho dessa chamada de ATER, identificando as principais

¹ ARCAFAR significa Associação Regional das Casas Familiares Rurais e tem atuação nos estados do PR, SC e RS.

potencialidades e estrangulamentos endógenos à transição agroecológica; e b) descrever e analisar os principais avanços e dificuldades organizativas e sócio-técnicas observadas, com relação à construção de processos de transição agroecológica. Para a concretização deste estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, pesquisa documental e observações participantes, realizadas no período de junho de 2014 a março de 2015.

Esse texto está composto por esta introdução, breve contextualização da extensão rural brasileira e sua relação com a agroecologia; seguida da metodologia de pesquisa; discussão dos resultados; considerações finais e referências bibliográficas.

Extensão rural e agroecologia na atualidade: princípios, objetivos e normativas

A extensão rural agroecológica, emergente no Brasil principalmente a partir dos anos de 1990, através da ação de diversos atores e processos sociais, tanto ambientais quanto camponeses, orienta-se pelos princípios e diretrizes apontados por Caporal e Costabeber (2000, p. 02) : “[...] constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis”.

Sob o aspecto teórico conceitual, essa proposta de extensão rural agroecológica, por um lado, agrega conteúdos e formas questionadoras do modelo da revolução verde, e por outro, agrega perspectivas de uma pedagogia humanizadora, baseada na participação e controle social.

O desenvolvimento rural sustentável, tal como compreendido por Ignacy Sachs corresponde a cinco dimensões interconectadas:

“[...] social – voltada para a redução da pobreza e para a organização social; econômica – relativa à manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas; ecológica – relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade; espacial – voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada; e cultural – referente ao respeito pelas especificadas culturais, identidades e tradições das comunidades locais”. (IGNACY SACHS, 1997, p. 24-27 apud FERNANDEZ B. P. M., 2011, p. 110).

A pedagogia humanizadora, por sua vez, como entendida por Paulo Freire (2002), é aquela baseada na ação reflexiva, na dialogicidade, na construção de relações sujeito-sujeito, com vistas à transformação social das relações de opressão, desigualdade e injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Já a agroecologia, tal como compreendida por Miguel Altieri (2009, p. 23):

[...] fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e sociedade como um todo. Ela utiliza o agroecossistema como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

A extensão rural, tal como institucionalizada a partir da aprovação da Lei de ATER 12.188 de onze de janeiro de 2010 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, p.1), é compreendida como ação de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. De acordo com o Artigo 3º da PNATER são princípios norteadores dessa política:

- I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, com o enfoque principal para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V – equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI – contribuição para a segurança alimentar e nutricional. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, p. 1).

Como objetivos, a PNATER visa promover o desenvolvimento rural sustentável; apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades locais e regionais; aumentar a produção, produtividade e a qualidade das atividades e serviços agropecuários, agroextrativistas, florestais e artesanais; promover a qualidade de vida de seus beneficiários; assessorar as diversas fases das atividades econômicas; desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; aumentar a renda dos beneficiários e agregar valor aos seus produtos; apoiar o associativismo e o cooperativismo; promover o desenvolvimento e assimilação de inovações tecnológicas; integrar pesquisa e extensão; contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010).

São beneficiários da PNATER os agricultores familiares ou empreendimentos familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, assentados de reforma agrária, remanescentes de quilombos e indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010).

Como mecanismo de implementação da PNATER foi instituído, por meio da Lei 12.188 o PRONATER, com a finalidade de organizar a execução dos serviços de ATER. Devendo acolher propostas em conferências nacionais, regionais e estaduais de desenvolvimento rural sustentável, esse Programa organiza propostas de execução, que deverão ser apresentadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual efetua a realização de editais contendo chamadas públicas para contratação de prestação de serviço de ATER. As entidades prestadoras de serviços de ATER podem ser públicas (Emater's) ou privadas (Cooperativas de profissionais p. ex. Cooptrasc) e devem ser cadastradas pelo MDA, mas preferencialmente, em termos dessa Lei, devem ser públicas.

Essa legislação estabelece parâmetros e normativas relativos à execução dos serviços de ATER. Porém, essa legislação não aponta parâmetros para a construção desses sistemas de produção sustentáveis, o que foi regulamentado somente a partir de 2012, com a aprovação do decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Foi então somente a partir da aprovação deste decreto que o campo da agricultura familiar passou a dispor de um dispositivo legal que organiza, orienta, disciplina e legitima a implantação de contratos de ATER de base agroecológica².

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2012).

Por meio do Decreto Nº 7.794 entende-se, respectivamente por produção e conversão agroecológica:

III – [...] aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social [...]

[E por transição agroecológica]:

IV – [...] processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos

² Embora as instituições e profissionais que constituem esse campo já tenham acumulado mais de décadas de experiências práticas e reflexões teóricas sobre o tema.

recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Além disso, são diretrizes da PNAPO a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica, isentos de contaminantes que coloquem em risco a saúde e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais; a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados; a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e o estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais; a ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e a contribuição na redução das desigualdades de gênero.

Para a sua implementação, a PNAPO tem como um de seus instrumentos normativos o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); e executivo, o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural público e terceirizado.

Ancorados no conjunto dessas normativas, em 2013 foi lançada uma chamada pública conjunta INCRA/MDA, para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Nesse mesmo ano, o INCRA Paraná lançou chamada pública para contratação de serviço de ATER para assentamentos rurais desse estado, tendo em algumas de suas metas, como referência, bases agroecológicas. Desta chamada do INCRA, foi contratado então o lote 01 pela COOPTRASC, cujo contrato é CRT 247000/2013, objeto da presente análise.

Em 2014 foi lançada outra chamada específica para a contratação de serviços de ATER, com enfoque em mulheres e agroecologia localizados em territórios da cidadania, contemplando dois projetos no Sul, um no Sudeste e um no Centro-Oeste. Também nesse mesmo ano, foi realizada outra chamada de ATER agroecologia, contemplando, dentre outras regiões, a região centro-sul do Paraná e metropolitana de Curitiba, respondendo a uma demanda histórica de organizações de movimentos sociais agroecologistas do Brasil.

É possível que outras chamadas, locais e regionais tenham sido realizadas, tendo enfoque agroecológico, porém, não foi possível obter maiores detalhes. Todos esses processos estão em execução, sendo necessários, portanto, o monitoramento, avaliação e análise, com vistas à qualificação das ações. Outrossim, é importante frisar que, embora diversas das ações em agroecologia executadas atualmente estejam ancoradas em chamadas de ATER, diversas experiências têm sido realizadas no campo da construção da extensão rural de base agroecológica no Brasil desde os anos 1980, notadamente por instituições sem fins lucrativos ambientalistas (ONG's – p. ex. no sul do Brasil: CETAP,

CEPAGRO, ASSESOAR, AS-PTA, etc.), e com significativa relevância para os processos institucionais vivenciados na Emater (RS) nos anos 2000.

Tanto as experiências dessas ONG's quanto da Emater (RS), como aportes acadêmicos, serviram e tem servido como referências para a aprovação e execução dessas atuais chamadas de ATER em Agroecologia. Balem et al. (2009, p. 01) analisaram o processo de implantação da PNATER na Emater/RS durante os anos de 1999-2002, cuja ação orientou-se por princípios construtivistas e agroecológicos. Esses autores demonstram que “[...] vários condicionantes sustentam uma cultura institucional reativa [a qual] permite a reprodução de um novo discurso, mas mantém as práticas tradicionais de ação”, em que pese todo o esforço realizado no sentido da ruptura e da transformação de perspectivas tradicionais e convencionais de extensão rural. Esses apontamentos indicam caminhos que possivelmente se possa percorrer ao longo da descrição e análise desse artigo.

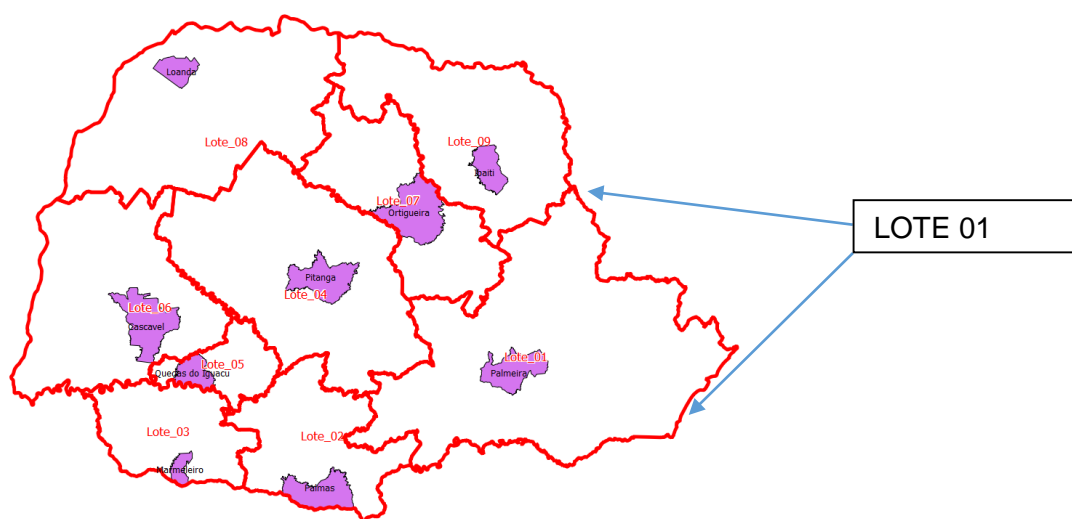
Metodologia de pesquisa

Durante o período de novembro de 2013 a março de 2015 a primeira autora desse estudo participou dos processos descritos e analisados, atuando como profissional contratada, prestando serviço à contratante, compondo a coordenação da equipe de profissionais pesquisada. Por ter atuado diretamente no contrato, e pela perspectiva de retorno do pesquisado, considera-se, esse estudo predominantemente uma pesquisa-ação, tal como definida por Tripp (2005, p.446), cujo propósito tem objetivo continuado, sistemático e empiricamente fundamentado de aprimorar a prática, “[...] pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”. Nesse sentido, as ferramentas metodológicas utilizadas aproximaram-se de observações participantes, como são definidas por Minayo (2012), na medida em que durante o período em que a autora atuou nos processos, interagiu e entrevistou nos mesmos, aproximando-se das realidades pesquisadas, e posteriormente, quando da elaboração do estudo, realizando o afastamento do contrato e do cargo ocupado, gerando afastamento necessário à leitura e compreensão dos fatos. Com vistas à triangulação de informações e restrição de interferências das subjetividades dos autores também foi realizada pesquisa documental sobre o tema (CELLARD, 2012).

Abrangência geográfica, agência contratante e contratada

O Contrato de ATER – CRT 247000/2013, objeto de análise desse artigo, foi firmado entre o INCRA Paraná e a COOPTRASC, em novembro de 2013, tendo duração de um ano, podendo ser renovado por até mais quatro anos³. Esse contrato de ATER foi responsável por prestar serviço de ATER a 763 famílias beneficiárias de reforma agrária, assentadas regulares, residentes em 20 assentamentos rurais localizados nas regiões centro-sul e litoral do Paraná⁴. O mapa abaixo identifica a área de abrangência desse Lote de Ater – 01, cuja sede administrativa é o município de Palmeira:

FIGURA 01 – Mapa de localização do Lote de ATER 01 – CRT 2247000/2013



A COOPTRASC tem sede em Chapecó, é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de abrangência nacional, que, desde 1997 presta serviço de ATER para áreas de assentamentos rurais do Estado de Santa Catarina. Ela é composta por assentados de reforma agrária e profissionais autônomos, ligados às áreas: social, econômicas e agrárias, com o intuito de proporcionar às famílias assentadas assessoria técnica com uma abordagem diferenciada, tendo em vista os princípios da agroecologia, da cooperação e sustentabilidade (COOPTRASC, 2013).

³ Esse contrato foi vigente até novembro de 2015, não sendo mais renovado na sequência.

⁴ Esse lote contempla os municípios de Morretes (assentamento Nhundiaquara – 143 famílias); Lapa (assentamento Contestado – 106 famílias); Inácio Martins (assentamentos José Dias – 106 famílias, Evandro Francisco, Faxinal dos Rodrigues, Bom Retiro – mais 106 famílias); Teixeira Soares, (assentamentos São Joaquim, João Maria de Augustinho – 131 famílias), Fernandes Pinheiro (assentamentos Avencal, Faxinal dos Mineiros e José Gomes – 34 famílias); São João do Triunfo (assentamentos Madre Cristina e José Maria – 32 famílias); Palmeira (assentamentos Pinheiral e Palmares II – 24 famílias); Guamiranga (assentamentos Rola Pedra e Pedra Preta – 20 famílias); Ipiranga (assentamento Santana do Ipiranga – 23 famílias); e Castro (assentamento Abapã – 41 famílias).

Essa cooperativa tem atuado em parceria com cooperativas e com setores de produção dos assentados e agricultores familiares, com abrangência em todo o Estado de SC. Ela intervém nos sistemas de produção locais e regionais, promovendo a produção de leite a pasto, lavoura de milho e soja, produção de subsistência familiar, acesso a mercados, crédito, cooperativismo, elaboração de projetos de desenvolvimento de assentamentos e diversificação de áreas de produção de tabaco.

Do quadro de ações desenvolvidas desde sua fundação em 1997 (COOPTRASC, 2013), percebe-se ampla gama delas envolvendo acesso a programas e políticas públicas para assentados de reforma agrária (acesso a créditos); elaboração de projetos de desenvolvimento dos assentamentos – PDA's; promoção de sistemas de produção de leite a pasto, cooperativismo, agroindustrialização e geração de renda; com menor expressão para a produção de hortaliças, gênero, plantas medicinais, panificados, artesanatos e agroecologia. Para a elaboração da proposta de atuação no Lote 01 – ATER INCRA PR - a COOPTRASC indicou que sua atuação seria baseada nos Projetos de Desenvolvimento dos assentamentos rurais, obedecendo ao enfoque agroecológico abordado na PNATER, tendo a agroecologia como “[...] orientação fundamental no processo de trabalho de todas as atividades executadas neste projeto”. (COOPTRASC, 2013, p. 37).

Da parte do INCRA-MDA, foi exigido das prestadoras de serviço para a execução desse contrato, o fornecimento de serviço de ATER a famílias regularmente assentadas no Estado do Paraná, devendo atender aos seguintes princípios:

- contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando as famílias assentadas na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;
- adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;
- estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;
- desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador rural e considerando a perspectiva do desenvolvimento territorial;
- promover a igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados(as) da reforma agrária, favorecendo o protagonismo da mulher na construção e implementação dos projetos, e
- contribuir no fortalecimento das organizações sociais dos assentados. (INCRA, Projeto básico. 2013, p. 02-03).

Regiões Centro-sul e Litoral do Paraná: potencialidades endógenas para o desenvolvimento da agroecologia através da ATER em assentamentos rurais

A região centro-sul do Paraná é caracterizada pelos moradores rurais, agentes de desenvolvimento locais, e também por alguns pesquisadores (PORTO et. al, 2013), como um território em que há presença significativa da agricultura familiar. Oriunda de processos de colonização realizados por descendentes de europeus, italianos, alemães, poloneses, ucranianos, brasileiros, negros, caboclos, miscigenados, esse território tem abrigado grupos constitutivos de uma rica diversidade étnico-cultural, a qual ao longo de séculos tem vivido com base na agricultura familiar. Nota-se especial importância à formação de grupos faxinais nesse território, tal como estudados por Porto (2013). Já o litoral do Paraná, Morretes, abriga populações tradicionais, caiçaras, pescadores e agricultores familiares não tradicionais (também descendentes de europeus e brasileiros), em grande medida pluriativos⁵, que integram atividades agrícolas à atividades comerciais, serviços externos, ligados ou não ao turismo, na cidade de Morretes.

Na região centro-sul, mesmo na atualidade ainda sendo significativa a presença de agricultura familiar, ocorreu processo de concentração fundiária no século passado, gerando bases para expansão territorial e aperfeiçoamento tecnológico, com empenho produtivo, técnico e tecnológico de centros de pesquisas públicos (Embrapa, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPR, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e Universidade Federal do Paraná - UFPR) e de empresas privadas (Monsanto, Cargill, Bayer) para implantação de monocultivos empresariais de larga escala de soja e milho e para a construção e consolidação de uma das principais bacias leiteira do Brasil (Ponta Grossa, Castro e região).

Nesse mesmo período, nessa região, em Inácio Martins, onde se localiza o assentamento José Dias, cuja agricultura familiar se aproxima de formas tradicionais de cultivo (faxinais), o território passou a ser preenchido pelo monocultivo de pinus. Esse microterritório abrigava e ainda hoje abriga, em índices menores, exploração de madeira nativa e confecção de carvão vegetal. Já em Morretes, predominou o modelo atual de pluriatividade, agricultura tradicional, pesca, sendo que a produção de hortaliças para abastecimento do mercado de Curitiba foi intensificado. É então, nesses contextos que os assentamentos rurais começaram a surgir nesses territórios, sendo os assentamentos Nhundiaquara e José Dias os mais antigos (mais de 30 anos).

Pelos relatos coletados através de lideranças locais e regionais durante a pesquisa de campo, identificou-se que, à medida em que esses assentados se instalaram nessas

⁵A pluriatividade, tal como conceituada por Schneider (2009) é compreendida com uma série de iniciativas econômicas agrícolas e principalmente não agrícolas engenhadas pelos camponeses para manutenção da moradia no campo e mesmo atividades agrícolas, como forma de reprodução social de sua condição camponesa.

localidades, enfrentaram muitas adversidades, naturais, técnicas, produtivas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Receberam apoio e solidariedade de pastorais sociais e participaram de movimentos sociais organizados⁶. Diante das dificuldades vivenciadas, os assentados se adaptaram e integraram as cadeias produtivas e sistemas de produção dominantes já instalados nessas localidades, pois, segundo uma dessas lideranças (L.) “[...] era o que tinha[...]”. Nesse sentido, compreende-se que a integração desses assentados aos sistemas de produção convencionais de commodities atuou como possibilidade de criação e de reprodução social de suas condições camponesas (PLOGG, 2008), na medida em que fora a única possibilidade concreta que se abriu para eles nesses contextos locais e regionais.

Para além disso, através da pesquisa documental dos diagnósticos das unidades de produção familiares dessa chamada de ATER – Incra – CRT 247.000 (2013), identificou-se que eles mantiveram (e ainda hoje mantém) significativa produção de subsistência, baseada na produção de feijão, milho, hortas, aves, alguns pomares, suínos e peixes e madeira. Esses cultivos associam-se a cultivos com capacidade de geração de renda, tais como: 1 - leite a pasto (atividade principal – Ponta Grossa, Castro e Região), integrado às empresas regionais e nacionais – Castrolanda, Líder, Batavo, etc.; e 2 - lavoura de soja e milho (segunda atividade principal – Ponta Grossa, Castro, Lapa e Região - integrado às cooperativas, armazéns e empresas privadas (Cargill); 3 – madeira – pinus (Inácio Martins e São João do Triunfo), associado ou não à produção de carvão vegetal, integrado à empresas do ramo de SC e PR, associado ou não à produção de erva-mate, integrada mercados locais e regionais; 4 – produção de hortaliças e frutas para abastecimento do mercado de Curitiba – Morretes e Lapa, por meio de mercados tradicionais (Ceasas, atravessadores, etc.) e também por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e merenda escolar (PNAE).

De acordo com as observações de campo, identificou-se que o serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica vem sendo realizado nesse território por cooperativas de produção (Castrolanda, etc.), lojas, revendedores de insumos e, mais recentemente, por agências públicas – EMATER’s locais, Organizações Não Governamentais – ONG’s (AS-PTA, Instituto Equipe, Rureco), Associações e Cooperativas de agricultores familiares (sindicatos rurais, Associação Assis – Irati, Cooperativa Terra Livre – Lapa, etc.) e em menor medida, com auxílio de universidades (UEPG e UFPR). Recentemente, algumas dessas

⁶ O assentamento Nhundiaquara foi realizado pelo INCRA, todos os demais foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e contaram com apoio e organização desse movimento para iniciar-se os processos de regularização fundiária e acesso de bens e serviços públicos.

instituições e outras (Fundação Terra, DESER⁷, COOPTRASC, ARCAFAR), tem concorrido à editais de prestação de serviço de ATER, INCRA e MDA.

As instituições, profissionais e agricultores do campo da agricultura familiar, atuando em parceria ou não, tem intervindo nesse território tendo como principais focos: a) o resgate e conservação da agrobiodiversidade crioula (AS-PTA⁸), conservação de solos e construção social de mercados, acesso a bens, direitos e recursos públicos e organização sindical (Programas governamentais) – agremiação Coletivo Triunfo⁹; b) na promoção do cooperativismo e acesso a melhores condições de mercados direto de leite, qualidade do leite, sanidade animal – Castro¹⁰; c) regularização fundiária ; d) acesso a bens e recursos públicos, como pronaf's, emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, orientações técnicas diversas sobre manejos, sistemas de produção convencionais e ecológicos – instituições de ATER; e e) na transição agroecológica (Instituto Equipe, Rureco – Irati, aos poucos se expandindo para outros municípios do entorno, recentemente, com a atuação da UEPG- Lama – Laboratório de Mecanização Agrícola). No litoral, recentemente, com a instalação do campus Litoral, a UFPR também tem se inserido no território, atuando na temática do desenvolvimento rural e agroecologia, como enfoque na organização de grupos Agrofloresteiros juntamente à Cooperafloresta (Morretes).

Esse mosaico de instituições, grupos, profissionais autônomos, agricultores familiares interagem entre si, de diferentes formas e intensidades, construindo parcerias, conhecimentos, trocando saberes, experiências, ajudas mútuas. Além de também conflitos entre si, dissidências e mediações, tendo em vista que cada qual tem desenvolvido, ao longo dos anos, seus próprios métodos de trabalho. São agentes diversos e interações heterogêneas, que atuam compondo redes de extensão e desenvolvimento rural e agroecologia.

Com relação ao contexto endógeno para promoção da agroecologia, o que se pode perceber nesse território foram condições ambíguas, as quais, de um lado são compostas por agentes constrangedores e, por outro, por agentes promotores da agroecologia.

Compreende-se que a integração histórica de parte desses assentados a sistemas de produção e mercados convencionais, estruturaram um conjunto complexo de relações, social e culturalmente estabelecidas, cotidianamente reproduzidas, notadamente na região

⁷ Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - Deser - é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações, realização de pesquisas e estudos, elaboração de propostas e assessoria às organizações, movimentos e instituições vinculadas à agricultura familiar.

⁸ A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Na região centro-sul do Paraná desenvolve ações com a produção e conservação de sementes crioulas.

⁹ Essa agremiação reúne sindicatos rurais, AS-PTA, UEPG, alguns representantes de prefeituras e também e recentemente, também a Cooptrasc, focando-se na construção das feiras de sementes crioulas, atividade realizada nesse território e planalto norte catarinense há mais de 15 anos.

¹⁰ Nesse item é importante citar a COTRAMIC, originalmente criada por assentados de Reforma Agrária, para ser uma instituição jurídica viabilizadora da comercialização do leite dos assentados, buscando melhores mercados e preços.

centro-sul, constrangedoras da construção social de possibilidades da efetivação de processos de conversão agroecológica. Notou-se que, quão mais integrados a sistemas convencionais altamente tecnologizados, menores as perspectivas e disposições à construção social de ações com enfoque agroecológico. Sendo mais significativo, para o caso da produção de grãos, notadamente para os casos de arrendamentos de lotes para plantio de soja a outrem, e em menor medida para todos os demais sistemas de produção.

Esses contextos ampliam quadros de dependência econômica dos assentados com relação às empresas integradoras, reduzindo espaços de busca pela construção de liberdade, de se verem livres de relações opressoras, condições necessárias à construção e ampliação de autonomia relativa do campesinato, em relação ao capital integrador (PLOEG, 2008).

Dessa forma, as lógicas de desenvolvimento excludente e desigual, presentes no território e instituídas pelo monocultivo de commodities, são exportadas, assimiladas, retroalimentadas e atualizadas pela cultura e pelo *ethos* dos assentados, a cultura entendida com teia de significações e de relações alimentadas e retroalimentadas pelo grupo, e o *ethos* como a internalização das perspectivas de comportamento do grupo Geertz (2012). Esse movimento constrange e limita a inserção efetiva e continuada de mediadores sociais, portadores de outras visões de mundo e perspectivas de desenvolvimento rural, sob a ótica das reflexões de Neves (2008).

Associando-se a essa ação estruturante das cadeias de produção de commodities, a ausência por significativo período de tempo de agências de extensão rural e assistência técnica, bem como de mediadores qualificados e amplamente estabelecidos no território, bem como a fragmentação das ações governamentais, políticas e programas públicos, foram apontados pelos entrevistados como elementos que tem reduzido a capacidade de ação e estruturação social de outras perspectivas de desenvolvimento, com base na agroecologia.

Foi somente em anos recentes (de 2000 em diante) que esse serviço de ATER, diferenciado daquele promovido pelo padrão da revolução verde, começou a ser realizado nesse território pelo Poder Público. A Ampliação desse serviço nos territórios pesquisados, bem como a construção de chamadas públicas de ATER para os assentamentos rurais, embora sejam recentes, são apontados pelos assentados locais como importantes mecanismos de estímulo à transformação social dessas relações desiguais presentes no campo. Além disso, as demais políticas públicas voltadas à agricultura familiar, principalmente PRONAF e mercados institucionais (PAA e PNAE), foram apontados pelos assentados entrevistados e observados, como importantes indutores da melhoria da condição de reprodução social de suas condições camponesas.

Já para as áreas onde predominou a produção de leite, cultivo de tabaco, madeira de pinus e olerícolas, ainda que convencionais, embora se perceba tal movimento de integração ao modelo das commodities e dependência externa de insumos, notou-se, tanto pelas condições naturais propícias, quanto pelas condições econômicas, sociais e culturais dos grupos, receptividade dos assentados para conhecer, vivenciar e praticar novas perspectivas de agricultura com base ecológica, de construção social de mercados e organização social.

Essas ações e novidades propostas pelos extensionistas, embora em alguns casos possam inicialmente ter sido acolhidas pelos agricultores com certo receio, desconfiança e mesmo descrédito, acabaram (em muitos casos) sendo acolhidas, por meio da participação em oficinas, cursos intercâmbios exitosos. Dessa forma, percebeu-se que para esses casos, pode-se abrir momentos de reflexão, onde pressupostos convencionais estruturais são questionados, abrindo-se possibilidades de construção de novas perspectivas de ação social de base ecológica e cooperativa.

Perfil profissional, arranjos organizacionais e positividade sócio-técnica agroecológica

A chamada pública de ATER em análise nesse texto, foi oriunda de um processo de construção social e institucional local e regional. Elaborada pelo INCRA, contemplou aspectos demandados pelos movimentos sociais populares locais, principalmente com relação à composição da equipe técnica e à prestadora de serviço responsável pela sua execução.

Portadora de expectativas pelos agentes de desenvolvimento locais, pretendia-se que com essa chamada fosse possível ampliar, já nos primeiros anos de execução, o número de famílias agroecologistas certificadas, bem como potencializar sistemas de produção ecológicos. Além disso, pretendia-se ampliar o volume de produção de alimentos, para manutenção e ampliação do acesso a mercados institucionais, principalmente de Curitiba e de Ponta Grossa, além de fortalecer o cooperativismo nos assentamentos rurais.

Essa chamada, embora tenha sido realizada com certo intervalo de tempo, com relação à chamada anterior (cerca de um ano de intervalo), de certa forma, deu sequência ao trabalho realizado. Isso pode ser observado principalmente para aquelas localidades em que permaneceram os mesmos técnicos que atuaram na chamada anterior. Dessa forma, pode-se dar sequência e assegurar condições à continuação de processos instituídos anteriormente. Porém, percebeu-se que à medida em que foi dada sequência - o que é

positivo - no sentido do aprofundamento e aperfeiçoamento do serviço, não trouxe consigo necessariamente inovações técnicas e tecnológicas significativas.

Aqueles profissionais que continuaram na ATER, e cuja formação profissional teve como base o recorte agroecológico, mantiveram orientações de campo com base na construção e manutenção de sistemas de produção de base ecológica, principalmente leite a pasto. Aqueles cuja formação e trajetória profissionais foram focadas em sistemas de produção convencionais, mantiveram orientações técnicas direcionadas para o acesso a programas e políticas públicas e acesso a mercados institucionais, mantendo-se, em menor grau, orientações técnicas convencionais. Mesmo esses últimos profissionais mantendo um discurso de legitimação da produção orgânica, notou-se que não conseguiram se desafiar na ação prática à realizar processos de conversão de sua matriz técnica de orientação de campo.

Esses dados corroboram com a análise apontada por Balem et. al. (2009), com relação aos processos de transição agroecológica do serviço de ATER institucionalizado na Emater RS, o qual aponta a formação convencional dos profissionais de ATER como um dos limitantes para a potencialização de processos de conversão ecológica de unidades familiares.

Para os demais profissionais presentes na equipe, aqueles que ingressaram na ATER a partir deste contrato, notou-se que eram, em sua totalidade, recém-formados, e que cada um assimilou em sua formação profissional, aprendizados já sistematizados sobre a produção de culturas e agroecossistemas de base ecológica. Dentre esses, aqueles profissionais cuja formação específica foi em agroecologia – técnicos em agroecologia, pode-se notar que suas ações foram focadas na construção de mudanças de manejos e sistemas de produção, substituindo manejos convencionais e/ou tradicionais por manejos ecológicos, tendo dificuldades, no entanto, de avançar na assistência na elaboração e execução de projetos, programas e organização social, tais como Pronaf, PAA, PNAE, cooperativas e agroindustrialização.

Por meio das dinâmicas das atividades de campo, buscou-se compartilhar entre a própria equipe, conhecimentos e experiências em agroecologia, porém, isso se mostrou insuficiente mediante as necessidades concretas das realidades locais.

A falta de processos de qualificação continuada, tanto desses profissionais quanto dos demais, bem como a falta de incentivo tanto da prestadora de serviço quanto do Poder Público, à formação continuada da equipe técnica, seja por meio de cursos, palestras, congressos, eventos rápidos e contínuos, ou por meio de cursos de pós-graduação e graduação, foi apontada por membros da equipe técnica como um dos principais elementos limitantes da potencialização da ação social de base agroecológica.

Esses dados corroboram com os dados apontados no estudo de Da Ros e Piccin (2015), o qual também apontou a falta de formação continuada dos profissionais das equipes técnicas, naquele caso no Rio de Janeiro, como um dos principais limitantes ao avanço e desenvolvimento das metas projetadas para execução dos contratos de ATER na perspectiva da Nova Extensão Rural, tal como preconizada pela PNATER e desejada pelos movimentos sociais organizados.

Como saídas possíveis, meios para avançar-se na perspectiva da extensão rural de base ecológica, buscou-se através da construção de parcerias e ações em redes realizar ações que contribuíssem com a formação continuada dos profissionais. Isso pode ser possível através da integração da realização das metas desse contrato de ATER à diversas ações de outros projetos locais e regionais em curso, realizados por instituições e organizações parceiras, tais como UEPG, AS-PTA e Cooperafloresta.

Esses processos propiciaram a realização de troca de experiências, conhecimentos, práticas e saberes interregionais, que possibilitaram avanços na construção social de abordagens metodológicas e epistemológicas agroecológicas, tal como sugeridas Gomes e Borba (2004). Pois nessas ações, o conhecimento pode ser construído com os agricultores, em processos de criar e co-criar as dinâmicas dos agroecossistemas, e onde a produção científica pode emergir no campo e em associação compartilhada e integrativa com centros de pesquisa e ensino, havendo promoção da construção compartilhada de conhecimento.

Através da ação extensionista e em redes pode-se gerar:

a) implantação e/ou acompanhamento de cerca de 60 áreas de cultivo agroflorestal em toda a área de abrangência do lote, em parceria com a Cooperafloresta e Projeto Flora, agregando também cursos, oficinas, práticas de manejos, intercâmbios; b) acompanhamento de processos de certificação ecológica participativa, também em parceria com a UEPG, ONG Motirô e Embrapa – Morretes; c) implantação de dez unidades demonstrativas de pastagem ecológica, em parceria com a UEPG, realização de cursos, oficinas, visitas de campo, intercâmbios abordando a temática do pastejo ecológico, fenação, curvas de nível, etc.; d) orientação técnica e qualificação de manejos ecológicos dos agroecossistemas em áreas de produção de hortaliças orgânicas, através da realização de visitas às unidades de produção familiares e de dois intercâmbios realizados entre os assentados no lote ao assentamento Contestado – Lapa; e) ampliação da comercialização de produção ecológicos certificados ou em transição (Lapa) e tradicionais não certificados (Inácio Martins - Acopac) para mercados institucionais – PAA e PNAE e para feiras locais e regionais(Morretes); f) manejo, troca e reprodução de sementes crioulas; g) construção e fortalecimento de cooperativas locais e regionais de assentados (Ponta Grossa – Cooperas; Lapa – Terra Livre);

A partir desses resultados obtidos, muitos deles decorrentes do perfil dos profissionais atuantes em campo e dos arranjos institucionais e sócio-técnicos anteriormente construídos e associados à ATER – construções em redes - também pode-se contribuir com a apresentação desses processos e iniciativas a outros lotes atendidos pela Cooptrasc no estado de SC e PR. Experiências tidas como exitosas, que impulsionaram trocas de experiências entre os profissionais da Cooperativa, favorecendo a construção de processos agroecológicos também em outros territórios.

Burocracia, normatização e constrangimento sócio-técnico agroecológico

Apesar dos resultados acima descritos, vivenciou-se durante esse período de execução do contrato diversos constrangimentos, os quais limitaram maiores avanços na transição agroecológica dentro desse lote de ATER. Na sequência, serão listados e problematizados os principais problemas identificados a campo.

Com a institucionalização da política de ATER, através da PNATER e da realização de chamadas públicas para operacionalização de contratos por instituições públicas ou privadas, instituiu-se a necessidade de formalização contratual do serviço prestado, estabelecendo um conjunto de normas e procedimentos legais, com o objetivo de monitorar, e organizar os processos de execução do serviço prestado pela contratada.

Para tanto, a prestadora de serviço de ATER, ao se inscrever em uma chamada pública, necessita redigir uma proposta técnica de atuação. Normalmente essas chamadas condicionam o pagamento dos recursos financeiros à comprovação formal da execução de um conjunto de metas contidas no projeto básico. Nesse sentido, a entidade proponente elabora uma proposta metodológica e um cronograma de execução, o qual deverá cumprir no prazo estipulado pelo contrato formalizado entre as partes. Dessa forma, “[...] a Lei nº 12.188/2010, além de estabelecer princípios e diretrizes para a ação extensionista, estabelece um novo processo burocrático [...]” (CAPORAL, p. 23, 2011).

Isso significa que, ao institucionalizar-se, a perspectiva de extensão rural reivindicada historicamente por movimentos sociais agroecologistas, profissionais, etc. ou seja, a Nova Extensão Rural, assimila, como forma de organização e legitimação legal, o padrão organizativo do Estado burocrático moderno, assumindo a burocracia moderna como forma de organização social e administrativa e de legitimação perante a sociedade.

A burocracia, fundamento organizativo do Estado moderno, tal como compreendida por Max Weber (1978), é constituída por um conjunto de normas, regras, regulamentos, assegurados contratualmente, os quais assentam-se na dominação legal como mecanismo de controle. Segundo Weber (1978), a burocracia normatiza as ações sociais modernas,

estabelece parâmetros condições e formatos pelos quais as ações sociais devam ser executadas. Dessa forma, ela organiza as condutas sociais, evitando, dessa forma, desvios de funções, recursos, etc.

No contrato de ATER, bem como no projeto básico elaborado para o primeiro ano de execução (2013/2014), foi delimitada a metodologia de execução, bem como as atividades e metas individuais e coletivas, tais como: planejamentos participativos, oficinas, cursos, intercâmbios, implantação de unidades demonstrativas e reuniões técnicas. É por meio da execução destas ações, chamadas “metas”, que o contrato foi e vem sendo executado.

Para cada meta foi previsto um determinado orçamento, bem como um orçamento mínimo para infraestrutura e logística, associada às contrapartidas da Cooperativa. O pagamento pelos serviços prestados, tanto à cooperativa quanto aos técnicos, foi realizado de acordo com o cumprimento das metas. Para tanto, para cada atividade meta, foram estipulados meios de comprovação, tais como fotos, listas de presença com o número mínimo e máximo de participantes, apresentação e aprovação de relatórios eletrônicos bimestrais.

Sob tais condições organizativas legais, notou-se a campo que os profissionais da equipe técnica buscaram a todo momento adequar a realidade social às normas legais de execução do contrato e as metas do contrato às realidades e dinâmicas sociais: diz-se que a todo momento buscaram ajustar a realidade às metas e vice-versa.

Em parte significativa das ações realizadas isso foi possível, em outras não. Houve dificuldades para alcançar o número de participantes mínimos em algumas atividades, além de que a rigidez no estabelecimento das metas, gerou desconfortos significativos entre as demandas concretas dos assentados e as possibilidades contratuais de execução. Um dos exemplos foi a demanda pela execução de projetos de PRONAF. Finalizou-se o ano de 2014 com 117 projetos produtivos executados (Pronaf, PAA e PNAE), sendo que 70 destes, foram executados além da cota preestabelecida, que era de 47 projetos para aqueles períodos, além de um saldo de cerca de 140 visitas e 4 dias de campo ainda por serem realizados. Isso demonstra a inadequação das metas à realidade social.

Outra situação vivenciada foi a perda de documentos, dados complementares, fichas para geração de Declaração de Aptidão ao Pronaf pelos profissionais do INCRA, além de demandas por solicitações para refazer-se documentos solicitados por alteração de campos de formulários encaminhados pelos técnicos ao INCRA. Essas situações, em alguns casos, limitaram e constrangeram a inclusão de assentados no Pronaf e no PAA e PNAE. Além disso, houve problemas com o cadastramento de técnicos e esclarecimentos adequados e informações, em agências do Banco do Brasil, fatores que também limitaram a participação dos assentados no PRONAF.

A burocracia, tal como compreendida por Crozier(1981), longe de constituir-se em um sistema de organização social democrático e perfeito, organizador da vida social formal, tal como preconizada por Weber(1978), é alimentada e retroalimenta um conjunto de distorções, disfunções, gerando o que esse autor intitula como um circuito erro-informação-correção, que é um mecanismo cujo equilíbrio é mantido a partir da contenção legal de disfunções, centralizando e verticalizando decisões mediante incertezas e perturbações. Esse movimento de erro-informação correção pode ser notado em processos de tentativas de negociação de flexibilização, mudanças, alterações nos projetos básicos, ao longo da execução do contrato, por demanda das prestadoras de serviços, demandas negadas pelo INCRA.

Tendo em vista essas situações, compreende-se que a dominação legal, entendida como aquela exercida por meio de cargos verticalizados e um conjunto de normas, tal como compreendida por Weber (1978), atuou como elemento limitante da promoção do desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos rurais assistidos por este contrato de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esses elementos burocratizantes da ação extensionistas, corroboram com os apontamentos observados no estudo Da Ros e Piccin (2015), os quais observaram, para o caso do Rio de Janeiro, como consequência da ação Estatal burocrática, o engessamento das ações dos extensionistas e, ampliação dos tempos e ações burocráticas e redução dos trabalhos de campo, o que, segundo esses autores, é apontado como um dos limitantes à construção social de maiores avanços nos processos de desenvolvimento rural.

Boa parte da literatura sobre a burocracia já havia constatado, desde há muito tempo, as inconsistências da burocracia à realização de uma democracia mais direta, adaptada às realidades cotidianas e protagonizadas por sujeitos locais, como supõe as novas abordagens de extensão rural e as teorias de desenvolvimento participativos e territorialmente orientados.

O contraponto da burocracia é exatamente que ela supõe controlar o fator humano por meio de regras e normas fixas, conhecimentos tecnicamente universais e hierarquias formais estritamente definidas, então, as disfunções burocráticas aparecem, tal como descritas por Merton (1978), como a resistência do fator humano a um comportamento que se procura obter mecanicamente. Tanto mais sob a égide da “nova extensão rural”.

A pesquisa de Rossés (2015), por exemplo, sobre o conflito de racionalidades nas ações de extensão rural, mostrou que a racionalidade burocrática/formal das políticas públicas (baseada na conformidade às regras) impõe-se em muitos aspectos sobre a racionalidade substantiva (baseada em valores) mesmo em organizações coletivistas com histórico de uma atuação extensionista diferenciada, quando estas passam a operar políticas públicas. Ou seja, a forma de operação das políticas públicas atualmente, impõe

uma racionalidade formal mesmo em organizações que se fundaram, organizaram e historicamente buscaram atuar na linha de uma extensão rural agroecológica, visando um modelo alternativo de desenvolvimento rural, como foi o caso do CETAP/RS.

O próprio Weber (1997) já havia se perguntado se, face ao avanço da burocracia nos estados modernos e ao aumento do poder dos burocratas, seria a democracia de todo possível? O que Michels atribuiu ao desenvolvimento de oligarquias burocráticas por trás do verniz democrático (CROZIER, 1981). Assim, o dilema entre burocracia e democracia aparece em Borba (1999) como algo ainda em aberto na ciência política contemporânea, sendo que autor analisa várias soluções pela via do participativismo, mas todas ainda em construção, seja teórica, seja na experiência política.

Uma das experiências na extensão rural que tem avançado, PORÉM, na tentativa de reduzir os efeitos da burocratização e da racionalidade formal na contratação dos serviços de ATER é o caso da ATES do Rio Grande do Sul, que desde 2009 tem incrementado a participação dos assentados e técnicos no planejamento regional das atividades, a flexibilização das metas e o controle social, por meio de conselhos regionais e de um conselho estadual da política, como forma de reduzir as disfunções burocráticas da política e de dar maior legitimidade democrática as ações de extensão realizadas nos assentamentos, conforme descrito por Flech (2015). A participação é, na atualidade, a única alternativa democrática à legitimação legal/racional do modelo burocrático, como argumentou Souza (2012), e esta é contribuição da política de ATES no RS analisada por Flech (2015).

Para além dos constrangimentos burocráticos, outro fator relevante observado foi a precarização das condições atuais de trabalho dos profissionais, as quais, orientadas por princípios de flexibilização e precarização das condições de trabalho do mundo do trabalho contemporâneo (ANTUNES, 2010), atuaram como elementos constitutivos de diversos problemas de saúde dos profissionais da extensão, resultando em redução da qualidade do serviço prestado aos assentados. Isso pode que pode ser registrado através dos vários atestados médicos apresentados pelos técnicos. Além disso, a todo momento percebeu-se preocupação dos mesmos com os tempos e prazos para realização das atividades, públicos, limites de infraestrutura, etc. indicando quadros de saúde estressantes. Isso gerou, como consequências, não somente problemas de saúde física e mental nos técnicos, como também interferiu na qualidade das relações de comunicação e construção coletiva do conhecimento com os assentados. Notou-se que em algumas situações, foram realizadas atividades de campo sem prévia demanda, ou mesmo pouco discutidas com os assentados, sem ter-se estratégias claras de por que fazer e como fazer, tendo em vista a necessidade do cumprimento das metas do contrato para recebimento de seus pagamentos.

Pode-se dizer, também, que autores clássicos como o próprio Weber e também Max Horkheimer já previam e descreveram este mal estar provocado pela racionalidade burocrática nas modernas sociedades. Weber criou o termo “gaiola de aço” como imagem da condição humana do indivíduo, constrangido por normas e preso a uma racionalidade meramente formal, que tem limitada condição de desenvolver sua capacidade e usar seus valores e sua razão para orientar suas ações, e se vê preso a um comportamento ritualista e formalista (LÖWY, 2014). Nesse sentido, embora os profissionais desejassem realizar um serviço participativo construtivista, a demanda pela operacionalização de metas a todo momento, atuou como constrangimento à essas perspectivas participativistas e construtivistas de extensão rural.

Horkheimer (2002), em uma de suas principais obras, comparou esta condição a um “eclipse da razão”, onde supostamente a racionalização organizacional das ações dispensa do indivíduo o próprio uso da razão, ou sua autonomia em julgar aquilo que faz. Para ambos, o que há, a exemplo do relatado aqui em relação ao contrato em análise, é uma inversão entre meios e fins, onde os meios, os procedimentos, assumem o lugar de finalidades. No caso em discussão, o que se observou é que, em grande medida, as ações formalmente previstas, as metas contratadas e as regras do contrato, uma vez que representam obrigações formais, tornaram-se um fim em si mesmos.

Associado a esses limitantes, outro elemento constrangedor da promoção da agroecologia nesse lote observado foi a continuidade da pressão produtiva e econômica exercida pelos sistemas de produção e cadeias de produção dominantes no território. Nesse sentido, a competitividade entre ATER pública diferenciada e assistência técnica convencional realizada por empresas comercializadoras de produtos do ramo, mostrou-se uma pressão constante e elementos de regulação, limitação da construção social de maiores avanços na construção social de perspectivas ecológicas e cooperativas de produção agrícola nos assentamentos. Ampliando quadros de dependência dos assentados mediante impérios alimentares, a relações de produção e de comercialização e quadros de baixos e reduzidos potenciais de vivência de maiores índices de autonomia relativa (PLOEG, 2008).

Considerações Finais

Ao longo do desenvolvimento desse estudo pode-se concluir que a constituição precedente de redes e arranjos ecológicos e favoráveis à construção da agroecologia de base familiar na região centro-sul e litoral do Paraná, contribuiu de modo significativo para

geração de incrementos na promoção da agroecologia em nível territorial das Regiões Centro-sul e Litoral do Paraná.

Já a atuação dos profissionais na presente chamada de ATER, apresentou-se de ambígua, por vezes mantendo ações e manejos convencionais, e em outros casos, promovendo e incrementando processos de mudança dos manejos e sistemas de produção, a depender do perfil e formação com enfoque em agroecologia.

A ação social dos profissionais de campo pode ser potencializada pela construção social de processos coletivos, que integraram ações entre diferentes sujeitos, entre extensionista a agricultor, entre agricultor e agricultor, possibilitando mediações sociais, potencializando a ampliação de trocas de experiência, conhecimentos, aprendizados e implantação de novos manejos e formas de comercialização, com base ecológica nos assentamentos.

No entanto, em que pese os avanços obtidos, identificou-se como um dos principais limitantes da qualificação e ampliação das perspectivas de construção social da agroecologia nos assentamentos rurais, a assimilação pelos extensionistas e prestadora de serviços, da reprodução social de uma lógica organização pública Estatal baseada na burocracia, a qual gerou diversos limitantes ao avanço da construção de ações efetivas e dinâmicas de promoção da agroecologia em campo. Isso pode ser agravado pela manutenção e competitividade da extensão rural pública prestada, com a lógica dos sistemas produtivos convencionais e da assistência técnica realizada nessas localidades por empresas privadas convencionais do ramo, bem como pelas frágeis e precárias condições de trabalho dos profissionais contratados.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.

ANTUNES. R. **Adeus ao trabalho?** Campinas: editora da Unicamp. 2010.

BALEM, T. et. al. Da extensão rural difusionista à construtivista agroecológica: condicionantes para a transição. Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

BORBA, J. Os dilemas da teoria política contemporânea no conflito entre burocracia e democracia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis. Edição especial temática. P.61-82, 1999.

CAPORAL, F.J. COSTABEBER, J.A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.01, n.01, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F.R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, Vol..4, nº1, p. 23-33, set./dez. 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 295-315.

COOPTRASC. Chamada pública visando e seleção de entidade(s) prestadora(s) de serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER e elaboração de planos de desenvolvimento sustentável de projetos de assentamento de Reforma Agrária do Paraná. **Proposta técnica**. Chamada pública ATER/PR Nº 01/2013. Lote 01. Chapecó. 2013.

CROZIER, M. **O fenômeno burocrático**: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

DA ROS, C.A. PICCIN, M. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 183-213, jan./jun. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei Nº 12.188. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 de jan. 2010.

FERNANDEZ, P.B. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011.

FLECH, E. M. O planejamento no Programa de ATER do Rio Grande do Sul: reflexões a partir do caso do CETAP. Santa Maria: PPGExR/UFSM, 2015. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMES, J.C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Revista Ciência e Ambiente**. Nº 29. jul./dez. de 2004.

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002.

INCRA. Contrato de ATER CRT 247000/2013. **Projeto básico**. Curitiba. 2013, p. 02-03.

LÖWY, M. A Jaula de Aço. Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MERTON, R. K. Estrutura burocrática e personalidade. In: CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MINAYO, M.C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NEVES, D. P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 7.794**. Brasília, 20 de agosto de 2012. P.01.

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROSSÉS, G. F. Racionalidade formal e racionalidade substantiva em organizações de extensão rural: um estudo com os tipos organizacionais burocrático e coletivista. Santa Maria: UFSM/PPGExR, 2015. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA, R. S. **A condição organizacional**: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: UFSM, 2012.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.15-28.

WEBER, M. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In WEBER, M. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Recebido para publicação em 07 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 13 de março de 2017.